

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
I.1. Por que?	23
I.2. Como?	26
I.3. Etc.	27
 Capítulo 1	
A CIÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO E SEUS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS	31
Introdução: objetivos e metodologia do capítulo	31
 Seção 1	
A COLOCAÇÃO DO PROBLEMA: A CIÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO E SEUS CAMINHOS (E OS DESVIOS) NA PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA	35
1.1. Introdução	35
1.2. Ciência jurídica e ciência do Direito Administrativo	38
1.2.1. Ciência jurídica	40
1.2.2. A ciência do Direito Administrativo	45
1.2.2.1. O caso brasileiro	55
1.3. Ciência do Direito Administrativo e ciência de institutos do Direito Administrativo	56
1.4. A importância da ciência do Direito Administrativo para preservação da segurança jurídica	62
1.5. Notas de conclusão	67
 Seção 2	
A CIÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO NOS DIAS ATUAIS	69
2.1. Introdução: por uma “teoria pura” do Direito Administrativo	69
2.2. A demarcação da ciência do Direito Administrativo	75
2.3. Há espaço, hoje, para uma teoria pura do Direito Administrativo?	91
2.4. Ciência do Direito Administrativo e dogmática do Direito Administrativo	98
2.5. Notas de conclusão	100

Seção 3

A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO NA AGENDA DO ESTADO CONTEMPORÂNEO.....	101
3.1. Introdução.....	101
3.2. A importância do Direito Administrativo	103
3.3. A hiperespecialização do Direito Administrativo brasileiro.....	112
3.4. Estado e privado	118
3.4.1. Separação ontológica entre Direito Administrativo e Direito Civil.....	120
3.4.2. A separação objetiva entre Direito Administrativo e Direito Civil	122
3.4.3. Algumas funções administrativas não admitem o Direito Civil	123
3.5. Direito Administrativo e política.....	125
3.6. Notas de conclusão.....	127
BREVE CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	129

Capítulo 2

A CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	131
Introdução: objetivos e metodologia do capítulo	131

Seção 1

O PERCURSO DA CONSTRUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL.....	135
1.1. Introdução.....	135
1.2. O Direito Administrativo no período do Império (1824-1891)	137
1.3. O Direito Administrativo na República Velha (1891-1930)	140
1.4. O Direito Administrativo no período entre 1930 e 1988.....	143
1.5. O Direito Administrativo no período atual (pós-Constituição de 1988).....	149
1.6. Notas de conclusão.....	153

Seção 2

A TEORIA DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	157
2.1. Introdução.....	157
2.2. A origem da teoria, seu conteúdo e sua propagação	160
2.2.1. A origem da teoria da supremacia do interesse público.....	161
2.2.2. O conteúdo da Teoria da Supremacia do Interesse Público.....	176
2.3. A teoria da supremacia do interesse público como proposta de elemento de unificação metodológica para o Direito Administrativo	184
2.4. A supremacia do interesse público e o Direito Administrativo brasileiro: a formação de um paradigma.....	196
2.5. Uma teoria da autoridade, mas não liberal.....	202
2.6. As críticas apresentadas pela doutrina.....	209

2.6.1. A visão pioneira de Odete Medauar	210
2.6.2. A tese de Floriano de Azevedo Marques Neto	211
2.6.3. A crítica de Humberto Ávila	213
2.6.4. A crítica de Patrícia Baptista	214
2.6.5. A crítica de Gustavo Binenbojm	216
2.6.6. Breve síntese	221
2.7. As consequências da teoria para o Direito Administrativo brasileiro	221
2.7.1. Separação entre direito público e direito privado	223
2.7.2. A ênfase sobre o caráter autoritário da Administração Pública	241
2.7.3. O baixo valor da motivação no Direito Administrativo brasileiro	246
2.8. Ciência problemática, dogmática trôpega, aplicação errada	250
2.9. Notas de conclusão: o paradigma fissurado, mas não superado.....	252

Seção 3

UMA CONTRADIÇÃO: LEGALIDADE ESTRITA E INTERESSE PÚBLICO – AS FRONTEIRAS BORRADAS ENTRE POSITIVISMO E NATURALISMO..... 253

3.1. Introdução	253
3.2. O Princípio da Legalidade na formação do Direito Administrativo	257
3.3. A legalidade oitocentista do Estado Liberal e sua influência na construção brasileira	265
3.4. A influência da Escola de Viena	282
3.5. O conflito entre legalidade positivista e jusnaturalismo: a construção híbrida que tanto confunde, e suas consequências.....	295
3.6. Notas de conclusão.....	310

BREVE CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 311

Capítulo 3

SEDIMENTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA UM NOVO DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL 315

Introdução: objetivos e metodologia do capítulo	315
---	-----

Seção 1

DIREITO ADMINISTRATIVO E ESTADO CONTEMPORÂNEO 319

1.1. Introdução	319
1.2. Do Direito Administrativo da doutrina liberal clássica ao momento atual	322
1.2.1. Regime jurídico	326
1.2.2. Princípio da Legalidade	335
1.2.3. Separação público-privado	340
1.2.4. A necessidade de se colocar a história em seu devido lugar: na história ..	347
1.3. A evolução não-linear do Direito Administrativo brasileiro e seus impactos.....	348
1.3.1. O caso europeu.....	350

1.3.2. O caso norte-americano.....	354
1.3.3. O caso brasileiro.....	357
1.4. Técnica e política no Direito Administrativo do Estado contemporâneo	363
1.5. Políticas públicas e direito administrativo.....	369
1.6. Notas de conclusão da Seção.....	373

Seção 2

REVISÕES FUNDAMENTAIS NA DOGMÁTICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO..... 375

2.1. Introdução.....	375
2.2. A nova ciência do Direito Administrativo.....	376
2.3. Quatro revisões fundamentais da dogmática do Direito Administrativo	380
2.3.1. Fontes do Direito Administrativo.....	381
2.3.1.1. Constituição Federal	385
2.3.1.2. Constituição Estadual e Lei Orgânica	411
2.3.1.3. Lei Parlamentar.....	412
2.3.1.4. Atos normativos da Administração Pública.....	426
2.3.1.5. Súmulas Vinculantes	445
2.3.1.6. Atos administrativos (em sentido estrito).....	446
2.3.1.7. Atos consensuais.....	448
2.3.2. Princípio da Legalidade	450
2.3.2.1. Legalidade: origem e atualidade	451
2.3.2.2. Juridicidade	453
2.3.2.3. Diferentes conotações de legalidade.....	457
2.3.2.4. Uma legalidade? Não! Várias!.....	460
2.3.2.5. Afinal, o que é legalidade?.....	464
2.3.2.6. Legalidade material e legalidade processual.....	465
2.3.2.7. A legalidade ainda é um princípio?	466
2.3.3. Discrecionariedade Administrativa.....	469
2.3.3.1. Conceito e funcionamento da discrecionariedade	470
2.3.3.2. Efeitos da discrecionariedade	476
2.3.3.3. Princípios e proporcionalidade.....	482
2.3.3.4. Fontes normativas da discrecionariedade administrativa	488
2.3.3.5. Discrecionariedade técnica	491
2.3.3.6. Conceitos jurídicos indeterminados.....	492
2.3.4. Interesse público.....	494
2.4. Notas de conclusão.....	501

Seção 3

EPÍLOGO: CONCLUSÕES PERTINENTES PARA VIABILIZAR O ENCONTRO ENTRE O DIREITO ADMINISTRATIVO E SEUS OBJETIVOS	503
3.1. Introdução: o Direito Administrativo como bode expiatório?	503
3.2. Os desafios de uma ciência do Direito Administrativo e sua importância.....	507
3.3. A amplificação dos desafios de uma ciência do Direito Administrativo no Brasil	509
3.4. Direito Administrativo, paradigma e Estado.....	512
3.5. A lógica do Direito Administrativo	516
3.6. O reencontro entre o Direito Administrativo e o que dele se espera	518
BIBLIOGRAFIA	523